

**CONV 811/03**

**NOTA DE ENVIO**

---

de: Praesidium

para: Convenção

---

n.º doc. ant.: CONV 725/03, CONV 726/03, CONV 797/03

---

Assunto: **Textos revistos**

---

Junto se enviam, à atenção dos membros da Convenção, os textos revistos apresentados pelo Praesidium na sequência das consultas realizadas com os grupos constitutivos e à luz das sugestões de alteração por eles formuladas, tendo em vista a obtenção de um consenso na sessão plenária de 13 de Junho.

## **PREÂMBULO**

Inspirando-se nas heranças culturais, religiosas e humanistas da Europa, **cujos valores continuam presentes** no seu património, **e que** enraizaram na vida da sociedade a sua percepção do papel central da pessoa humana e dos seus direitos invioláveis e inalienáveis, bem como do respeito pelo direito,

## **PARTE I**

### **N.º 2 do artigo I-19.º (Parlamento Europeu)**

2. O Parlamento Europeu é eleito directamente por sufrágio universal pelos cidadãos europeus, em escrutínio livre e secreto, por um mandato de cinco anos. O número de deputados não será superior a setecentos e trinta e dois. A representação dos cidadãos europeus é assegurada de modo degressivamente proporcional, sendo fixado um limiar mínimo de quatro deputados por Estado-Membro.

Com suficiente antecedência em relação às eleições parlamentares europeias de 2009, e posteriormente, se necessário, **para novas eleições**, o Conselho Europeu adoptará por unanimidade, com base numa proposta do Parlamento Europeu e com a aprovação deste, uma **decisão** que estabeleça a composição do Parlamento Europeu, respeitando os princípios acima definidos <sup>1</sup>.

[Nota de rodapé n.º 1 do documento CONV 797/03: "Ver também projecto de protocolo no Anexo III."]

### **N.º 1 do artigo I-20.º (Conselho Europeu)**

1. O Conselho Europeu dá à União o impulso necessário ao seu desenvolvimento e define as suas orientações e prioridades políticas gerais. **Não exerce qualquer função legislativa.**

#### **N.º 2 do artigo I-21.º (Presidente do Conselho Europeu)**

2. O Presidente do Conselho Europeu preside aos trabalhos do Conselho Europeu e anima esses trabalhos. **Em cooperação com o Presidente da Comissão, e com base nos trabalhos do Conselho dos Assuntos Gerais**, assegura a sua preparação e continuidade. Actua no sentido de facilitar a coesão e o consenso no âmbito do Conselho Europeu. Após cada uma das suas sessões, apresenta um relatório ao Parlamento Europeu.

#### **N.º 4 do artigo I-23.º (Formações do Conselho)**

4. A Presidência de uma formação do Conselho de Ministros, com excepção da formação de Negócios Estrangeiros, é assegurada, com base num sistema de rotação **equitativa**, pelos representantes dos Estados-Membros no Conselho por períodos mínimos de um ano. O Conselho Europeu estabelecerá as regras da rotatividade, tendo em conta os equilíbrios políticos e geográficos europeus e a diversidade dos Estados-Membros.

#### **N.º 3 do artigo I-24.º (Maioria qualificada)**

3. O disposto nos n.ºs 1 e 2 **produz efeitos em 1 de Novembro de 2009<sup>1</sup>, após a realização das eleições para o Parlamento Europeu, nos termos do disposto no artigo I-19.º.**

[Nota de rodapé n.º 1 do documento CONV 797/03: "Ver também projecto de protocolo no Anexo III."]

#### **N.º 1 do artigo I-25.º (Comissão)**

1. A Comissão Europeia promove o interesse geral europeu e toma iniciativas adequadas para esse efeito. Vela pela aplicação das disposições da Constituição, bem como das medidas adoptadas pelas Instituições por força desta. Fiscaliza a aplicação do direito da União sob o controlo do Tribunal de Justiça. Executa o Orçamento e gere os programas. Exerce funções de coordenação, execução e gestão, de acordo com as condições estabelecidas na Constituição. **Com excepção da Política Externa e de Segurança Comum e dos restantes casos previstos na Constituição, assegura a representação externa da União.** Toma a iniciativa da programação anual e plurianual da União com vista à obtenção de acordos interinstitucionais.

### **N.º 3 do artigo I-25.º: (Comissão)**

3. A Comissão consiste num Colégio composto pelo seu **Presidente, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros/Vice-Presidente e por treze** Comissários Europeus, escolhidos com base num sistema de rotação equitativa entre os Estados-Membros. Este sistema será estabelecido por decisão do Conselho Europeu, de acordo com os seguintes princípios:
- a) Os Estados-Membros são tratados em rigoroso pé de igualdade na determinação da ordem de sucessão dos seus nacionais como membros do Colégio, bem como do período em que se mantêm neste cargo; assim sendo, a diferença entre o número total de mandatos exercidos por nacionais de dois Estados-Membros não pode nunca ser superior a um;
  - b) Sob reserva do disposto na alínea a), a composição de cada um dos sucessivos colégios deve reflectir de forma satisfatória a posição demográfica e geográfica relativa de todos os Estados-Membros da União.

O Presidente da Comissão nomeia Comissários sem direito de voto, escolhidos segundo os critérios aplicáveis aos membros do Colégio e provenientes de todos os outros Estados-Membros.

**O disposto no presente número produz efeitos em 1 de Novembro de 2009.**

### **N.º 2 do artigo I-26.º (Presidente da Comissão Europeia)**

2. Cada Estado-Membro elegível elabora uma lista de três pessoas, entre as quais estarão representados os dois sexos, que considere qualificadas para exercer a função de Comissário Europeu. De entre essas listas de três pessoas, o Presidente eleito designa os treze Comissários Europeus, baseando-se na sua competência, empenhamento europeu e garantias de independência. O Presidente, as personalidades designadas para membros do Colégio, incluindo o futuro Ministro dos Negócios Estrangeiros, **bem como as personalidades designadas como Comissários sem direito de voto** são colegialmente sujeitos a um voto de aprovação do Parlamento Europeu. O mandato da Comissão é de cinco anos.

**Artigo I-27.º: Ministro dos Negócios Estrangeiros (nota de rodapé n.º 1)**

Nota de rodapé n.º 1: A criação de um Serviço Europeu Conjunto para a Acção Externa destinado a assistir o Ministro será abordada numa Declaração/Parte III.

**Iniciativa dos cidadãos – Novo n.º 4 do artigo I-46.º**

4. Um número significativo, não inferior a um milhão, de cidadãos oriundos de um número significativo de Estados-Membros pode convidar a Comissão a apresentar propostas adequadas em matérias sobre as quais esses cidadãos considerem necessário um acto jurídico da União para aplicar a presente Constituição. As normas processuais e condições específicas para a apresentação desses pedidos dos cidadãos à Comissão serão estabelecidas por lei europeia.



**PARTE II – PREÂMBULO**

*Período a inserir no Preâmbulo da Carta, no final do quarto parágrafo*

A presente Carta reafirma ... bem como da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. **Neste contexto, a Carta será interpretada pelos órgãos jurisdicionais da União e dos Estados-Membros, tendo na devida conta as anotações elaboradas sob a responsabilidade do Praesidium da Convenção que redigiu a Carta.**

**N.º 4 do artigo II-41.º**

4. Todas as pessoas têm a possibilidade de se dirigir às Instituições da União numa das línguas **da Constituição**, devendo obter uma resposta na mesma língua.

**Alteração ao título do artigo II-52.º**

Este título passa a ter a seguinte redacção: "Âmbito **e interpretação** dos direitos **e dos princípios**"



**DECLARAÇÃO**  
**ANEXA AO PROJECTO DE PROTOCOLO RELATIVO À REPRESENTAÇÃO**  
**DOS CIDADÃOS NO PARLAMENTO EUROPEU**  
**E À PONDERAÇÃO DOS VOTOS NO CONSELHO**

No caso de a Roménia e a Bulgária aderirem à União Europeia antes da entrada em vigor da decisão do Conselho Europeu a que se refere o n.º 2 do artigo I-19.º, o número dos representantes eleitos nesses Estados para o Parlamento Europeu será calculado com base em 33 e 17, respectivamente, corrigidos de acordo com a fórmula utilizada para determinar o número de representantes de cada Estado-Membro no Parlamento Europeu, tal como indicado no Protocolo relativo à Representação dos Cidadãos no Parlamento Europeu e à Ponderação dos Votos no Conselho, constante do Anexo III. Em derrogação do n.º 2 do artigo I-19.º, durante o período remanescente da legislatura 2004 – 2009 o número de membros do Parlamento Europeu pode, temporariamente, ultrapassar 736.

Sem prejuízo do n.º 2 do artigo I-24.º, a ponderação dos votos da Roménia e da Bulgária no Conselho será, respectivamente, 14 e 10 até 1 de Novembro de 2009. No momento de cada adesão, o Conselho determinará o limiar referido no Protocolo relativo à Representação dos Cidadãos no Parlamento Europeu e à Ponderação dos Votos no Conselho.

---